O RELATÓRIO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO EM DARFUR - SUDÃO: DA SUSPEITA DE CRIME DE GENOCÍDIO, DA NECESSIDADE DO JULGAMENTO NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E DAS IMUNIDADES CONFERIDAS PELA RESOLUÇÃO 1593 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

Cássio Eduardo Zen¹

*“Peace will bless us once more with hearing of the happy giggling of children and the enchanting ululation of women who are exited in happiness for one reason or another”*² – John Garang (1945-2005) durante a assinatura do acordo de paz do Sudão do Sul, em 2005.

RESUMO

O artigo analisa o Relatório da Comissão Internacional de Inquérito da Organização das Nações Unidas sobre a situação humanitária em Darfur, Sudão. Inicialmente, faz-se uma abordagem do histórico do conflito na região, indicam-se os participantes e personagens históricos. Apontam-se as origens e motivações do relatório, assim como aspectos polêmicos que o rodeiam. Finalmente, aborda-se a resolução 1593 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em aspectos como imunidades conferidas por esta e obrigações impostas ao Sudão. Conclui-se pela necessidade de julgamento no Tribunal Penal Internacional, face às atrocidades cometidas na região, a parcialidade das cortes e da incapacidade das autoridades sudanesas de tratarem do assunto.

¹ O autor é acadêmico da faculdade de direito da Universidade Federal do Paraná e membro do Núcleo de Estudos de Direito Internacional da Universidade Federal do Paraná.

² Paz irá nos abençoar novamente, com os sons de crianças sorrindo e a encantadora ululação de mulheres que estão extasiadas de alegria, por uma razão ou outra. Tradução livre do autor.

ABSTRACT

The article analyzes the report of the United Nation's International Commission of Inquiry on Darfur – Sudan. First, a historical approach is made on the conflict and the participants and main characters are pointed. It is explained the reasons and origins of the report, as well as polemic aspects. Finally, the United Nations' Security Council Resolution 1593 is studied, in certain points such as the immunities it gives and the obligations it implies to Sudan. The Article concludes that it is necessary that the situation is Judged in International Criminal Court, due the atrocities happened in the region, the partiality of Sudan's courts and the incapacity of its authorities to deal with the subject.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo a análise de certos aspectos polêmicos do Relatório da Comissão Internacional de Inquérito sobre Darfur, ao Secretário Geral das Nações Unidas, consoante ao determinado na Resolução 1564 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Tais polêmicas são a afirmação de que não teriam ocorrido atos de genocídio e qual o suporte jurídico para a remessa do caso ao Tribunal Penal Internacional, ou seja, sua admissibilidade e a resolução 1593 do Conselho de Segurança.

O documento em questão foi elaborado por uma comissão multidisciplinar e internacional para analisar a situação *in loco* ao Secretário Geral, que o remeteu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para apuração das denúncias e das condições humanitárias nas províncias da região de Darfur, Sudão. Postulou-se na resolução 1564, que solicitou a elaboração da comissão, que a situação no Sudão é uma ameaça à paz e à segurança internacional, obrigando o Conselho de Segurança a intervir, de acordo com os termos do capítulo VII, da Carta de São Francisco. Em janeiro de 2005 a comissão apresentou o relatório ao Secretário Geral, o qual por sua vez remeteu-o ao Conselho de Segurança.

Como tal documento possui natureza jurídica de relatório da secretaria das Nações Unidas, apesar de não haver sanções previstas é motivador, ou melhor, justificador da atuação do Conselho de Segurança (o qual pode atribuir sanções). Finalmente, pode-se dizer que o relatório analisado, além de remeter recomendações ao Secretário Geral, buscou verificar:

- a) se há necessidade deste caso ser remetido ao Tribunal Penal da Haia;
- b) se houve violação aos direitos humanos, humanitários, bem como se ocorreu crime de genocídio;
- c) os culpados pelas alegadas violações.

Justifica-se o destaque conferido a este caso, por ser o primeiro remetido ao Tribunal Penal Internacional, com sede na Haia (Países Baixos), pelo Conselho de Segurança, após a análise do relatório que concluiu que foram cometidos atos criminosos previstos no Estatuto de Roma (1998) da citada Corte, recebidos pelo promotor Luis Moreno-Ocampo e aceitos (ou seja, iniciando o procedimento no Tribunal Penal Internacional) em 06 de junho de 2005, pelo mesmo organismo.

Após a aceitação e o início das investigações por parte da Corte Criminal Internacional, a divisão de questões preliminares emitiu sua primeira decisão em 21 de julho³, de acordo com as Regras de Procedimento e Prova⁴, regra 7, sub-regra 1 e regra 47, sub-regra 1, as quais conferem determinadas atribuições decisórias que seriam da câmara ao juiz singular, como por exemplo a presença em oitiva de testemunhas. Foi decidida a eleição da juíza Akua Kuenyehia, conhecida por amplo trabalho nas áreas dos direitos humanos e direitos das mulheres, para conduzir os trabalhos ordinatórios conforme as regras citadas.

Dadas as particularidades da região, far-se-á uma pequena abordagem das raízes históricas do conflito, para melhor compreensão do relatório, bem como dos julgamentos relativos a este caso, que em breve ocorrerão na Haia.

³ INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Pre-Trial Chamber I. Decision on the Designation of a Single Judge. ICC-02/05. Situation in Darfur, Sudan.

⁴ _____. Rules of Procedure and Evidence

1.1 HISTÓRICO DO CONFLITO

O Sudão foi integrante oficial do Império Colonial Britânico, o qual já dominava o Egito. Conforme a lógica colonialista da época, uniram-se povos rivais e separaram-se os povos amigos, seguindo não a lógica das populações locais, mas os interesses da metrópole. Neste caso uniram-se grupos de religião islâmica, etnia saariana (árabe) e ocupantes das terras ao Norte (na maioria áridas), com membros de etnias sub-saarianas, seguidores de religiões cristãs e animistas e ocupantes das terras ao Sul (férteis e úmidas). O tráfico de escravos foi intenso na região, o que contribuiu para a instabilidade social.

Os movimentos separatistas sudaneses (iniciados por Ali Abd al Latif, paradoxalmente da etnia Dinka, do Sul), eram baseados essencialmente em grupos do Norte e que visavam a independência do domínio anglo-egípcio. Após o fracasso das tentativas conciliadoras com o Egito (o qual conquistara sua independência do Império Britânico, mas mantinha o controle do Sudão), o Congresso Sudanês aprovou a declaração de independência em 1955, proclamando-a no dia 1º de janeiro de 1956.

Grupos do Norte formaram um governo de transição que nomeou oficiais e políticos da etnia árabe para cargos importantes ao Sul. Este fato gerou protestos de autoridades do Sul, que demandavam autonomia federativa. Em 1958, o Sudão sofreu seu primeiro golpe de Estado militar, feito pelo Chefe das Forças Armadas General Ibrahim Abbud, que manteve membros das etnias do Norte ocupando os principais cargos de sua administração, contribuindo para o clima de instabilidade no país. A partir de 1962, novas políticas governamentais que agrediram as etnias do Sul (como a expulsão de missionários cristãos), culminaram com nova onda de protestos, os quais derrubaram o regime militar, sendo estabelecido um governo de transição que durou de 1964 a 1965, quando eleições foram realizadas.

A imensa divergência existente entre os partidos no parlamento frustrou as expectativas populares de um Sudão unido e forte. Tal decepção foi

o cenário para a ditadura mais longa da história do Sudão⁵ (maio de 1969 a abril de 1985), sendo o país governado pelo General Gafar (ou Jafaar) Mohammad al-Nimeiri. Durante a década de 70, o regime se fortaleceu politicamente com a instauração do monopartidarismo, economicamente com as exportações de algodão e diplomaticamente com o acordo de cessar-fogo de Adis Abeba (parte dos acordos pela paz conferindo autonomia ao Sul, celebrados com o Movimento Libertação do Sudão do Sul, que unificou em 1971 os movimentos separatistas do Sul – Adis Abeba, 1972).

No início da década de 80, a economia do Sudão entrou em crise, especialmente por causa do endividamento do governo. Segundo RODDIS⁶, o déficit comercial subiu de 11 milhões de dólares em 1973 para 800 milhões em 1981. Além disto, o Sudão enfrentou a crise do mercado do algodão. Com os problemas financeiros, o milagre econômico que muitos vislumbravam ao verem o Sudão da década de 70, ruiu.

Em meados de 1983, o General Jafaar buscou apoio político dos grupos extremistas islâmicos, introduzindo a *Sharia* como lei nacional, ferindo com isto o acordo de Adis Abeba, ao impor esta lei inclusive às províncias do Sul. Grupos rebeldes como o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA, liderado na época por John Garang) se reorganizaram⁷ e os conflitos recomeçaram. Em 1985, o presidente foi deposto em um sangrento episódio, após o qual foi instaurado o regime democrático e foi revogada a aplicação da *Sharia*.

No ano de 1989, o povo sudanês foi vítima de um golpe de estado executado pelo partido da Frente Islâmica Nacional (NIF), que coloca Umar Hassan Ahmad al-Bashir no poder. Inicia-se o que para muitos foi o mais repressor dos períodos, com o retorno da *Sharia* como lei nacional. Os partidos políticos de oposição foram perseguidos e al-Bashir continua como governante até os dias de hoje⁸.

⁵ Apesar de al-Bashir ocupar o cargo de presidente do Sudão por mais tempo, ocorreram eleições para seu mandato atual.

⁶ RODDIS, Ingrid; RODDIS, Miles. "Let's visit Sudan".

⁷ Ocorreram ações destes grupos durante a década de 70, cessando com o acordo de Adis Abeba.

⁸ Março de 2006.

Em 1996, três anos após o fim do regime militar, houve tentativa de eleições parlamentares, que fracassou por causa de denúncias de fraude eleitoral e insurgências contra o governo. Como resultado ocorreu mais uma tentativa de golpe de estado, a qual foi contida, culminando na reinstauração do regime militar. No ano de 1999, enquanto al-Bashir controlava mais de 90% do Legislativo, brigas internas no Congresso Nacional acarretaram declaração de estado de emergência e dissolução do parlamento. No mesmo ano foi declarado o cessar fogo com os rebeldes do Sul, mas a paz com esta região somente se efetivou em 2005, com a assinatura do Tratado de Paz do Sudão do Sul e nomeação de John Garang como vice-presidente. Em 2000, ocorreu nova ruptura no reinstaurado congresso, dividindo-o em Congressos nacional e popular, tendo o regime de al-Bashir⁹ realizado a prisão dos membros deste último, caracterizando mais um momento de repressão do poder central.

Apesar do processo de paz com o Sul ter progredido vertiginosamente durante os últimos anos, recente tragédia abateu-se sobre o Sudão: em 2005 o helicóptero presidencial de Uganda, o qual transportava o vice-presidente sudanês de volta a seu país, após viagem a Kampala, sofreu um desastre aéreo levando John Garang e toda tripulação à morte. Ocorreram inúmeras manifestações populares em memória de Garang e cogitou-se entre a oposição o fato do desastre não ter sido realmente um acidente. Mesmo com o ocorrido, os processos de paz entre o Sul e o governo de al-Khartun estão progredindo e o SPLM (Movimento pela Libertação do Povo Sudanês - braço político do SPLA) assinou um acordo para a construção de um Congresso nacional composto tanto por membros do governo do Norte quanto por membros das etnias do Sul.

O conflito em Darfur diferencia-se dos demais conflitos do Sudão por não caracterizar, segundo a *Human Rights Watch*¹⁰, um conflito de motivação religiosa, por ser a maioria dos participantes de um mesmo credo. No entanto, estão presentes diferentes etnias, especialmente tribos locais (destaque para a tribo *Fur*, a qual dá o nome às províncias: *Dar fur*: terra do povo *Fur*) e árabes.

⁹ Reeleito em pleito conturbado no dia 23 de dezembro de 2003, para um mandato de 5 anos.

¹⁰ HUMAN RIGHTS WATCH. Q & A: Crisis in Darfur (Human Rights Watch, 21-6-2004).

Neste sentido, temos PATRICK, que cita KAPILA¹¹: 'A violência em Darfur parece particularmente direcionada a um grupo específico baseada em sua etnia e parece sistematizada. Isto é semelhante à limpeza étnica'. A escassez de recursos, a exclusão do cenário político e a facilidade para se adquirir armas¹² foram as principais motivadoras do conflito.

Os dois maiores movimentos rebeldes presentes na região são o Movimento de Libertação do Sudão (SLM) e o Movimento Justiça e Igualdade (JEM). O primeiro possui caráter mais oposicionista ao governo e o segundo, raízes baseadas no Islã e no manifesto *Black Book* (livro negro). No início, os dois grupos entraram em conflito, tendo posteriormente se unido contra o governo de al-Bashir. Ambos ressurgiram como forma de oposição ao regime centralizador de al-Khartun, excludente dos darfurianos, iniciando ações contra o Estado por volta de 2002.

O relatório da comissão aponta a incapacidade militar do governo sudanês à época, assim como de seus setores de inteligência em medir a ameaça representada pelos dois grupos rebeldes. Deve-se notar que no período de 2002, o conflito com o Sul ainda estava em andamento e contava com rebeldes com considerável experiência militar, não havia condições para que o governo de al-Khartun controlasse a rebelião de Darfur. As poucas tropas governamentais da região estavam baseadas nas áreas urbanas (enquanto os grupos rebeldes baseavam-se essencialmente nas zonas rurais), tiveram seus equipamentos saqueados e eram formadas essencialmente por darfurianos, que não se sentiam bem em enfrentar seu próprio povo.

O governo sudanês recorreu então a dois contingentes militares, os *janjaweed* (bandido, fora da lei, armado e em montaria, na língua local) e a Força Popular de Defesa (PDF). Os primeiros são formados por mercenários árabes, que receberam do governo a promessa de tornarem-se os proprietários das terras que dominassem (os direitos reais em Darfur eram ligados ao sistema tribal e ao uso comum da propriedade). Já a Força Popular tem suas fileiras constituídas de civis recrutados de diversas procedências, tanto do

11 KAPILA, Mukesh. Apud PATRICK, Erin. *Intent To Destroy: The Genocidal Impact Of Forced Migration In Darfur, Sudan*. Tradução livre do autor.

12 Aproveitando-se inclusive das guerras na Líbia e Chade.

Sudão quanto de países vizinhos, recebendo soldo do governo e podendo ser encarados como uma força paramilitar suplementar às forças Estatais. Na maioria dos casos é difícil distinguir entre as duas forças, apesar de haver relatos de vítimas capazes de indicar certas diferenças, como coloração do turbante.

Além dos inúmeros relatos de matanças, estupros e crimes de guerra, um fato que marca o conflito no Sudão é a imensa quantidade de refugiados, batendo em 2005 a casa dos 6 milhões, de uma população de cerca de 40 milhões¹³ (ou seja 15% da população). Tal fato chamou a atenção das Nações Unidas e outros organismos internacionais que rapidamente criaram campos de refugiados dentro do próprio Sudão. Infelizmente, tais áreas tornaram-se alvo fácil para os *janjaweed*, como se pode concluir ao fazer uma simples análise militar: dentro de um território controlado pelo Estado sudanês, com tropas *janjaweed* próximas, os refugiados (alvos dentro de campos cercados) tornaram-se vítimas potenciais. Tal situação demanda o urgente envio de tropas de paz para garantir a segurança dos campos de refugiados em Darfur.

Findo este relato da situação no Sudão hoje, bem como as origens históricas do conflito, passa-se a uma análise mais aprofundada do relatório.

¹³ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Central Intelligence Agency (CIA). World Factbook.*

2 O RELATÓRIO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO EM DARFUR

O conflito e as seguidas agressões aos direitos humanos e humanitários ocorridos em Darfur motivaram diversas reuniões do Conselho de Segurança da ONU, o qual possui atribuições de zelar pela paz e segurança mundiais¹⁴, nos termos do artigo 24 da Carta de São Francisco (1945). Pode-se considerar a situação no Sudão um problema de caráter internacional, especialmente pela grande quantidade de refugiados em condições sub-humanas em países vizinhos e em campos de refugiados. Além disto, as suspeitas de limpeza étnica e agressões às convenções de direito humanitário justificam a preocupação da comunidade internacional das nações.

Inicialmente, a comissão busca fornecer dados sobre a natureza do conflito e listar os participantes. Como já abordado anteriormente neste artigo¹⁵, participam do confronto de um lado tropas governamentais formadas por grupos *janjaweed* e PDFs e do outro rebeldes, especialmente o JEM e o SLM. Pode-se afirmar de uma maneira geral que tais grupos apoiaram a comissão de inquérito, tanto logística quanto documentalmente.

2.1 DA SUSPEITA DE GENOCÍDIO

O primeiro tipo penal previsto no Estatuto de Roma é o de genocídio, no artigo 6¹⁶. Não houve grandes dificuldades para se adotar uma definição que tivesse a aprovação dos Estados que participaram das reuniões de elaboração do Estatuto, pois esta veio de consensos prévios, como por exemplo, da Convenção sobre o Genocídio (1948). Há também forte impacto psicológico de um genocídio e a comoção na sociedade civil causada por tais atos é notória. Assim, caso a comissão de investigação afirmasse que houve a prática de atos de genocídio, conforme tipificados no Estatuto de Roma,

¹⁴ CARTA DE SÃO FRANCISCO.

¹⁵ SUPRA p.231-232.

¹⁶ ESTATUTO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.

haveria sem dúvida fortíssima mobilização da comunidade internacional para auxiliar as vítimas e para julgar os acusados.

No entanto, conforme preleciona CIRINO DOS SANTOS¹⁷, o tipo penal “realiza a função político-criminal atribuída ao princípio da legalidade (...) expressa na fórmula *nulla crimen, nulla poena sine lege*”, princípio previsto no Estatuto de Roma nos artigos 22 e 23. Portanto, há necessidade do fato enquadrar-se no tipo penal para que se possa afirmar que houve o cometimento de crime e que possa ser aplicada sanção. Por esta razão deve-se analisar se os atos cometidos em Darfur se enquadram no tipo penal de genocídio.

O tipo de genocídio não engloba, conforme ensina SUNGA¹⁸, a “repressão governamental a grupos políticos dissidentes, a menos que questões de raça, religião e etnia estejam envolvidas”. O genocídio é praticado com a intenção de agredir determinado grupo religioso, racial ou étnico, não um grupo político. São elementos subjetivos deste tipo a vontade de cometer o ato ilícito (matar, aleijar, expulsar, enfim lesar) e visar a destruição total ou parcial de um grupo específico. Para a comissão elaboradora do relatório, apesar do termo genocídio dever ser interpretado de forma a dar proteção ao maior número de grupos possível (sejam religiosos, raciais, étnicos), é necessário haver cautela ao determinar o ânimo do réu, o dolo. A comissão aproveitou a oportunidade, para citar um julgado do Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia:

Krstić (Apelação), “Genocídio é um dos piores crimes à humanidade e sua gravidade reflete-se no requisito de intenção específica. Acusações de genocídio só podem ser feitas quando a intenção foi notada de maneira inequívoca”¹⁹ (Julgamento de 19.abr. 2004, § 134)

Tal julgado mostra a preocupação da jurisprudência internacional em tornar o elemento subjetivo fundamental para que o genocídio seja caracterizado, ou seja: o dolo de causar a destruição de um grupo específico, a

¹⁷ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. A Moderna Teoria do Fato Punível.

¹⁸ SUNGA, Lyal. Competência Ratione Materiae.

¹⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General*. artigo 503. Tradução livre do autor.

limpeza étnica. Tal elemento não foi identificado pela comissão, conforme relatado nos itens 513 a 520 do relatório, de onde se extrai o seguinte, para melhor esclarecer:

“A partir das observações anteriores, a comissão conclui que o governo do Sudão não executou uma política de genocídio. (...) Faltava um elemento caracterizador, pelo menos até onde o governo tem autoridade: intenção genocida. E uma maneira geral a política de atacar, matar e realizar deslocamentos populacionais de certas tribos não prova a intenção de aniquilar, no todo ou em parte, um grupo diferenciado por sua raça, etnia, nacionalidade ou religião. Crê-se que aqueles que planejaram e organizaram os ataques às vilas buscavam retirar as vítimas de suas moradas, primariamente com o propósito de contra insurgência”.²⁰

Portanto, para a comissão não houve a prática de atos do governo visando o extermínio de um grupo, mas práticas militares de um exército claramente despreparado e abatido por uma guerra civil, com o fim de eliminar ações rebeldes vindas de um grupo político. Como bem ressaltou SUNGA²¹, grupos políticos não estão englobados no conceito de genocídio. Assim, mesmo que houvesse perseguição a um grupo com a intenção de exterminá-lo, este grupo seria político. Desta maneira, não estaria sob os auspícios do artigo 6 do Estatuto de Roma.

A comissão finaliza o assunto fazendo a importante ressalva de que, apesar de não ter sido caracterizado o crime de genocídio, os atos cometidos na região de Darfur foram horrendos, não podendo de maneira alguma o impacto na comunidade internacional ser diminuído por não estar evidenciado tal tipo. Outra razão pela qual as atrocidades ocorridas em Darfur não devem ser menosprezadas é o fato de não haver hierarquia expressa entre os tipos penais do Estatuto de Roma. Os dizeres de PATRICK esclarecem a perspectiva da comunidade internacional quanto à classificação dos fatos ocorridos:

“O longo debate acerca da apresentação adequada para um tribunal serviu somente como distração do real problema presente – parar as atrocidades que ainda ocorrem diariamente em Darfur. O mesmo argumento pode ser usado como referência a todo o debate sobre genocídio: pouco importa como as

²⁰ _____. Idem. Artigos 513 a 520. Tradução livre do autor.

²¹ SUPRA p.234.

atrocidades são chamadas, elas continuam sendo atrocidades, e devem ser impedidas e punidas”.²²

2.2 DA NECESSIDADE DO JULGAMENTO NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL – BREVE COMPARAÇÃO COM AS LEIS E O SISTEMA JUDICIÁRIO DO SUDÃO

O artigo 17, 1, a, do Estatuto de Roma, prevê que um caso não será admitido no Tribunal caso seja alvo de inquérito ou processo em outra jurisdição competente, mas faz ressalvas quanto aos casos em que o Estado competente não deseje dar procedimento ao inquérito ou ao procedimento, ou ainda, não tenha capacidade para fazê-lo. Tal norma tem como finalidade permitir ao Tribunal atuar nos casos em que um Estado-parte do Estatuto de Roma impeça o andamento processual ou investigatório através da burocracia estatal.

O governo do Sudão criou, na primeira metade de junho de 2005, na cidade de El Fashir²³ (em Darfur do Norte), um tribunal para realizar o julgamento do caso de Darfur²⁴, o que *a priori*, impediria o julgamento por parte do Tribunal Penal Internacional. Isto porque nos casos em que o Estado com jurisdição territorial atua de maneira a processar as denúncias²⁵, o Tribunal Penal da Haia está impossibilitado de julgar o mesmo crime, posto que sua jurisdição é complementar, não superior às justiças Estatais.

Neste aspecto, vale trazer uma citação do relatório analisado, a qual evidencia a opinião de que o sistema jurisdicional sudanês é incapaz de julgar os crimes de Darfur:

“A resposta normal e ideal a atrocidades é trazer os acusados a justiça nos tribunais do Estado onde as atrocidades foram cometidas, ou no Estado de nacionalidade do acusado. Apesar de haver casos, onde um sistema local opera de maneira efetiva e é capaz de julgar as atrocidades cometidas em sua jurisdição, a natureza da maioria dos crimes internacionais implica como

²² PATRICK, Erin. Obra citada.

²³ Posteriormente, outros dois tribunais foram criados, em Geneina e Nyala.

²⁴ ALI SAEED, Mohamed. Sudan's Darfur crimes court slammed by rebels.

²⁵ Até a segunda metade de dezembro, foram julgados em El Fashir 26 acusados de crimes diversos, variando de furto a estupro, com 13 condenações, conforme MORENO-OCAMPO, Luis. Second Report of the Prosecutor of the International Criminal Court, Mr. Luis Moreno Ocampo, to the Security Council Pursuant to UNSC 1593 (2005)

regra geral que são cometidos por agentes estatais ou sob seus auspícios, portanto, devem ser utilizados outros mecanismos para processá-los. Levando em consideração a natureza dos crimes cometidos em Darfur e a resposta do judiciário sudanês que até então levou a impunidade dos acusados, a Comissão crê que as cortes sudanesas são incapacitadas e não desejam processar e julgar os acusados. Outros mecanismos são necessárias para que se faça justiça.”²⁶

A colocação da comissão internacional é clara quando expõe a má vontade das autoridades sudanesas em processar os criminosos do caso. Somando-se este fator à instabilidade regional, tem-se que o julgamento na Haia é admissível.

Os dois principais grupos rebeldes de Darfur e as organizações humanitárias condenaram a instauração do tribunal de El Fashir, visto por estes como uma mera manobra do governo sudanês para evitar o julgamento pelo Tribunal Penal Internacional. A posição do promotor do Tribunal Penal da Haia²⁷ é de que a corte sudanesa deve ser observada, postas as exigências de admissibilidade do caso, podendo o julgamento na Haia ser interrompido.

Ao analisar o sistema jurídico-jurisdicional do Sudão, a fim de conferir sua capacidade para julgar os crimes de Darfur, inicialmente depara-se com a Constituição de 1998²⁸. No artigo quarto afirma-se que Alá é superior ao Estado e que a soberania estatal é uma espécie de delegação de poderes, sendo o governo e a população responsáveis por adorar Alá. Também está positivada a obrigação dos muçulmanos de adorar o Corão e o profeta Maomé, devendo os praticantes de outros credos, ao menos, seguir os princípios da fé islâmica. Outro dispositivo que reforça o caráter religioso do Estado sudanês é o artigo 7º, ao tratar da defesa nacional, afirmando que defender o país é uma questão de honra e a *Jyhad* é uma obrigação. Finalmente, nota-se no artigo 65 que a lei islâmica é fonte legal oficial, o que com toda certeza agride aqueles que não profetizam o Islã.

²⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Obra Citada. artigo 568. Tradução livre do autor.

²⁷ Quando se dirigiu ao conselho de segurança em 29 de junho de 2005.

²⁸ SUDÃO. Constituição da Republica de 1998. Selecionou-se a Constituição de 1998, e não a constituição de coalizão de 2005, pois essa era a carta vigente na época dos fatos relatados no relatório e até a remessa do caso ao Tribunal Penal Internacional, seno desta maneira, a ideal para a análise da admissibilidade do caso.

Há conflito axiológico (aparente ao menos) de normas, quando se colocam estes artigos selecionados em face dos artigos 1º e 24. Esse artigo declara que o Sudão é um país de harmonia multicultural e tolerância religiosa. Logo em seqüência, faz-se referência ao Islamismo como a religião predominante, mas ressalta-se que o Cristianismo e o Animismo (religiões tradicionais no termo legal) também fazem parte do mosaico religioso sudanês. Já artigo 24 assegura que todo cidadão pode profetizar e praticar livremente sua religião, sem sofrer qualquer tipo de coerção.

Ora, se há um dispositivo constitucional (na seção dedicada às garantias fundamentais) que veta a prática coercitiva de uma fé e seus rituais, como pode haver outro dispositivo, logo em seguida, que assegura que a lei religiosa de um grupo (a *Sharia*) é fonte legal a qual não pode ser contrariada? Infelizmente a *Sharia* continua sendo aplicada a todo o território sudanês, mantendo a infeliz saga iniciada por Nimeiri em 1983. Não há como vislumbrar a liberdade religiosa em um país que ao decretar *Jyhad* (ou guerra santa) obriga todos seus cidadãos a responderem o chamado.

Há, portanto, forte caráter religioso no Estado sudanês (como na maioria dos países que adotam o sistema árabe de legislação²⁹), mas a liberdade de pensamento é assegurada e por isto as ações governamentais ocorridas em Darfur poderiam ser tidas como inconstitucionais. Por outro lado, a liberdade de consciência é limitada pela segurança nacional, o que fez com que o governo sudanês justificasse suas ações não como um ataque a um grupo determinado, mas como uma resposta a ações rebeldes que visavam agredir a unidade nacional, protegida no artigo 7º (o qual paradoxalmente prega o combate a partidos religiosos, que apóiam o governo) do texto constitucional. A comissão da ONU concluiu que o governo sudanês não possuía a estrutura necessária para combater os grupos rebeldes e manter a unidade almejada. Esta foi a alegação do governo do Sudão: as ações dos *Janjaweed* e das PDFs foram reações necessárias aos grupos insurgentes de Darfur.

²⁹ Como bem coloca DAVID, René. Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo.

Os três poderes do Sudão são o Executivo, o Legislativo (formado pela Assembléia Nacional, dissolvida por ato presidencial em 1999) e o Judiciário, composto por uma Corte Superior (a qual conta com uma sub-corte Constitucional), Tribunais de apelação e Cortes de primeiro grau. Houve recente unificação das Cortes cíveis com as da *Sharia*, (irritando tanto não muçulmanos quanto muçulmanos liberais).

A agressão a princípios constitucionais deve ser denunciada à Corte constitucional, a qual tem seus membros escolhidos pelo Presidente e aprovados pela Assembléia, mas uma vez que esta foi dissolvida, atualmente seus magistrados são nomeados diretamente pelo presidente. Os requisitos para a nomeação de um cidadão como juiz da corte são: boa reputação, idade superior à 40 anos, diploma universitário reconhecido, amplo conhecimento de *common law* (nota-se a influência da colonização inglesa) e das leis islâmicas. Os membros da corte devem jurar proteger as leis com imparcialidade, por Alá, o que de certa maneira exclui desta Corte os não praticantes da fé islâmica.

A legislação penal sudanesa adota como base jurídica a *Sharia*. Não há indicações da existência de uma lei contra o genocídio, ou contra crimes de guerra, como colocou a ONG Coalition for the ICC, ao afirmar que “alguns legisladores do Parlamento sudanês urgiram que crimes estipulados no Estatuto de Roma devam ser incorporados no código penal sudanês”.³⁰

Portanto, a criação de lei penal para julgar os casos no tribunal de El Fashir caracteriza um julgamento em um Tribunal de exceção, com criação *post factum*, uma verdadeira agressão aos princípios do direito penal. No entanto, é plausível a alegação de agressão aos princípios constitucionais, segundo o próprio sistema jurídico sudanês, ou seja, a inconstitucionalidade das ações estatais em Darfur.

Em 1992, foi criado o comitê Coordenador de Direitos Humanos no Sudão, por ordem do ministério da Justiça. Hoje tal Comitê é um conselho voltado para a efetivação dos direitos humanos, que recebe apoio de ONGS. Apesar disso, é questionável a inércia deste conselho perante a situação em Darfur.

³⁰ Coalition for the ICC. CICC | North Africa/Middle East :: Sudan. Tradução livre do autor

Este é o panorama básico do sistema legal sudanês. Não há tipificação no Sudão de crimes previstos no Estatuto de Roma, mas existe a possibilidade de haver punição dos acusados de cometer atrocidades. Neste caso específico, não haveria julgamento pelo tipo de lesa-humanidade ou crimes de guerra, por exemplo, mas haveria acusações de homicídio, estupro, entre outros. Como a lei *Sharia* é conhecida por sua rigidez e penas fortes (o criminoso deve sofrer), caso os acusados sejam julgados e condenados pelo governo sudanês, é certo que a pena prevista na legislação criminal sudanesa será mais severa que a aplicável pelo Tribunal Penal Internacional.

Passado o exame quanto à admissibilidade do caso no Tribunal Penal Internacional, estuda-se agora um último aspecto polêmico da remessa deste caso ao Tribunal Penal Internacional: a resolução 1593 e a imunidade conferida por esta a nacionais de alguns países da jurisdição da Corte Criminal da Haia. Tal aspecto é importante para se saber se é possível, sob os auspícios dos documentos emitidos pelas Nações Unidas, que nacionais de um Estado não-partes dela sejam julgados.

3 DA IMUNIDADE CONFERIDA PELA RESOLUÇÃO 1593 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

A resolução número 1593 do conselho de segurança da ONU é um marco histórico para o Direito Internacional Penal. Pela primeira vez o Conselho de Segurança deste organismo remete uma denúncia a um “ministério público internacional” para que sejam apuradas e remetidas a um Tribunal Internacional mundialmente legitimado a julgar crimes previstos no Estatuto de Roma. Nota-se também a importância da denúncia ter sido aceita pelo promotor Luis Moreno-Ocampo, sendo agora um processo em andamento na Corte Criminal da Haia.

Outro aspecto da resolução é o de denúncia, indicando que grupos podem ser processados na Haia (e é exatamente aí que reside o aspecto mais polêmico da resolução), podendo o Conselho de Segurança ordenar que um caso do TPI seja trancado, caso julgue necessário. O documento denuncia a situação humanitária desesperadora no Sudão, urge a atenção dos Estados Membros da ONU e remete o caso ao procurador do Tribunal Penal da Haia, nos termos do artigo 13, a, do Estatuto de Roma.

Para que seja feita a justiça é fundamental que todos os acusados sejam julgados, não importando a nacionalidade, religião ou grupo étnico, posto que não se trata de punir especificamente os sudaneses, os governantes ou os rebeldes, pelo que cometeram. Trata-se de julgar aqueles que cometeram os crimes mais graves que afetam a comunidade internacional em seu conjunto, conforme exposto no artigo 5º do Estatuto de Roma. Assim, torna-se imprescindível levar à Haia todos aqueles que são suspeitos de terem cometido ou ordenado tais atrocidades.

As cadeiras do Conselho de Segurança são ocupadas por países eleitos regularmente e outros com assento permanente, que possuem o poder de vetar decisões, como a resolução 1593. Houve, neste sentido, a preocupação de veto, caso dispositivo da resolução postulasse que militares de países com vaga permanente pudessem ser julgados na Haia. Em outras palavras, caso a resolução 1593 previsse que todos, sem restrição de

nacionalidade, pudessem ser levados à Corte Criminal Internacional, ela não seria aprovada e o caso não seria remetido ao TPI.

Tal posição foi claramente colocada no voto da embaixadora Anne Patterson, dos Estados Unidos (possuidores de poder de veto) na ocasião da votação da resolução. Patterson afirmou que seu país era favorável à criação de um Tribunal Híbrido na África, sendo contrário ao julgamento de indivíduos nacionais de Estados não-parte do Estatuto de Roma, devendo estes ser julgados em seus próprios Estados. A embaixadora concluiu afirmando que seu país somente não usou seu poder de veto por acreditar na necessidade de ocorrer um julgamento face às atrocidades cometidas.

Quanto ao posicionamento brasileiro nesta questão, é notório que o Brasil sempre apoiou o Tribunal Penal Internacional (consagra-se tal posicionamento no artigo 5º, §4º da Constituição Federal³¹). Por tal razão, a abstenção brasileira nesta votação histórica para o Tribunal Penal Internacional poderia ser vista, *a priori*, com estranheza. No entanto, tal postura ocorre por causa do artigo da resolução que prevê imunidade a nacionais de determinados países. Na opinião brasileira, tal dispositivo da resolução macula a capacidade do Tribunal de agir, obstruindo de certa forma os interesses da justiça e abrindo espaço para a impunidade. Por não concordar com este aspecto, apesar de ser favorável ao Tribunal e à remessa do caso Darfur a tal Corte, o Brasil se absteve de votar. No entanto, o embaixador do Brasil, na ocasião presidente do Conselho, ressaltou que o Brasil é favorável à resolução, mas incapaz de unir-se àqueles que votaram em favor. No entanto, o Brasil coloca-se a disposição da Corte, posto que é a única instituição adequada para lidar com as violações no Sudão³². Portanto, o Brasil não se manteve afastado da discussão acerca da necessidade da situação ser julgada pelo Tribunal Penal da Haia, pelo contrário, reforçou a necessidade do caso lá ser julgado e reafirmou sua intenção de cooperar com o Tribunal no que for possível.

³¹ “O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão”.

³² Excertos do discurso do Embaixador RONALDO MOTA SARDENBERG, na ocasião do voto brasileiro. Tradução livre do autor.

De acordo com o Estatuto de Roma, um Estado-parte pode recusar-se a entregar um indivíduo à Corte caso haja algum tipo de obrigação internacional que vete a entrega do nacional. Tal idéia vem minando a jurisdição do Tribunal da Haia através da indiscriminada prática dos “pactos” bilaterais, os quais acordam que o Estado A não entregará à Corte os nacionais do Estado B e vice-versa.

Uma vez que é notória a quantidade de criminosos que fugiram (ou até mesmo foram asilados) para outros Estados, a existência de nacionais de diferentes Estados na região (em bases e missões militares) e a pobreza crítica da área afetada, é importante que os interesses da justiça não sejam agredidos com tratados bilaterais oferecendo promessas de vantagens econômicas e perdão de dívidas em troca de imunidades. Ainda neste aspecto, a resolução 1593 postula que apesar de nacionais de um Estado não-parte em missão autorizada pela União Africana ou pelo Conselho de Segurança só possam ser julgados pelos próprios Estados de origem, há ressalva de que tal país pode autorizar expressamente o processo de seu nacional na Haia.

O Sudão não é um Estado-parte do Estatuto de Roma³³. Assim, não há obrigação jurídica internacional que torne exigível a entrega de nacionais sudaneses ao Tribunal. Apesar disso, o Sudão é um Estado membro da ONU e a resolução citada é vinda do órgão competente das Nações Unidas para tratar da matéria, urgindo este documento que o governo do Sudão atue em cooperação com o Tribunal Penal da Haia. Portanto, sua colaboração pode ser exigida pelo Conselho de Segurança que pode emitir sanções ao governo, como já o fez em ocasiões anteriores (acreditamos que a relação entre o Conselho e o Tribunal deva envolver a colaboração daquele com este). Ao que parece tais sanções serão necessárias, pois o governo do Sudão, por ocasião da instauração da Corte de El Fashir, foi enfático ao afirmar que não entregará sudaneses ao Tribunal Criminal da Haia. Tal situação ainda será resolvida, visto que o estabelecimento da Corte de El Fashir pode impedir o julgamento pelo Tribunal Penal Internacional e se trata de uma questão ainda em aberto, pois não se sabe como serão os processos que ocorrerão na corte sudanesa e

³³ Assinou o Estatuto de Roma em 8 de setembro de 2000, mas ainda não o ratificou.

se estes demonstrarão que o governo sudanês tem realmente intenção de julgar e punir os acusados (e como consequência direta, se este caso poderá ser julgado na Haia).

4 CONCLUSÕES

O momento é histórico para os militantes do *jus gentium*. Pela primeira vez uma agressão aos direitos humanos chama a atenção de um organismo internacional, o qual prontamente remete tal situação de violação para um organismo penal, imparcial, internacionalmente reconhecido e criado *ante factum* (não mais temos um tribunal *ad hoc*, de exceção ou um tribunal de vencedores). Trata-se de uma vitória para os direitos internacional e penal, sendo os julgamentos muito aguardados pela comunidade das nações. Esta situação criará precedentes, por isto a importância de estudar-se a fundo tal caso.

Ao analisar a situação verificada pela comissão internacional, nota-se que o Sudão é um país paupérrimo, assolado pela seca, fome e guerra civil. Tal realidade é, infelizmente, comum em muitos países que foram colônias de exploração na África. A economia escravocrata, assim como a união de povos rivais dentro de um mesmo território, geraram mágoas e ressentimentos (ou em certos casos apenas os ampliou) que vem à tona quando se adicionam fome, descoberta de riquezas no subsolo (no caso petróleo), armas modernas, políticas antidemocráticas e instabilidade institucional.

A história democrática do Sudão é uma verdadeira colcha de retalhos, havendo pouquíssimos períodos de democracia, sequer de estabilidade institucional. Durante a elaboração deste artigo, a morte do recém nomeado (em sua terceira semana de mandato) vice-presidente sudanês, considerada assassinato pela oposição, gerou novos conflitos no país e causou a morte de 130 pessoas³⁴. Um mero lampejo na história sudanesa ou o simples ato de acompanhar as notícias recentes deste país são suficientes para demonstrar a situação desesperadora em que se encontram os sudaneses.

As condições no Sudão, tanto Estatais quanto privadas, são parcas. As forças policiais e militares do Estado sudanês são despreparadas, violentas e travam batalhas contra rebeldes fazendo muitas vezes uso de procedimentos ilícitos para defender os interesses do governo de al-Khartun. O sistema

³⁴ British Broadcasting Corporation (BBC). BBCBrasil.com | Primeira Página| Milhares vão a enterro de vice-presidente do Sudão.

político é completamente instável e isto é utilizado como arma de coerção e dominação superestrutural (como ocorreu nas últimas eleições sudanesas). A condição humana dos sudaneses é miserável, não sendo atendido o mínimo existencial para a imensa maioria da população, tanto em aspectos educacionais, quanto em aspectos de saúde e habitação.

Nem mesmo as organizações internacionais operantes na região escapam da situação, posto que a União Africana requisitou ajuda das Nações Unidas e até mesmo esta foi vítima de atrocidades. Seus campos de refugiados foram alvo de ataques *janjaweed* e padecem de condições mínimas (como por exemplo, o campo de Kalma³⁵ e Kakuma³⁶). Ainda quanto aos ataques às equipes humanitárias, relatou ENTWISLE que no campo de *Al Geer*:

“As forças governistas impediram o acesso das equipes humanitárias ao campo e moveram residentes em quinze caminhões para outro local, onde não havia estrutura para os refugiados. Uma equipe das Nações Unidas visitando o campo deserto no dia seguinte constatou que os equipamentos de tratamento d’ água e geradores foram saqueados ou destruídos”.³⁷

Apesar do crime de genocídio não estar entre as denúncias apresentadas ao Tribunal Penal da Haia, espera-se que isto não diminua o impacto da denúncia apresentada à Corte. Os crimes de lesa humanidade e de direito humanitário ocorridos em Darfur são de gravidade suficiente para motivar cooperação mútua de todas as Nações, como bem ressaltou a resolução 1593. Quanto ao julgamento, espera-se que a nomeação de uma juíza especialista na área de direitos humanos e da mulher torne a oitiva das testemunhas algo suficientemente apurado, dada a gravidade da situação denunciada.

³⁵ Segundo a BBC cerca de 90 mil refugiados vivem em Kalma. Informação veiculada em: *BBCBrasil.com | Primeira Página | Refugiados tomam funcionários de ONGs como reféns em Darfur*,

³⁶ Sobre este campo, criado durante o conflito com o Sul, há cenas do documentário LOST BOYS OF SUDAN que merecem ser assistidas.

³⁷ ENTWISLE, Hannah. *Tracing Cascades: The Normative Development of the U.N. Guiding Principles On Internal Displacement*.

Embora a resolução 1593 estabeleça um precedente perigoso, ao criar exceções ao processo pelo Tribunal Penal Internacional (não se esquecer que o Conselho de Segurança pode proibir que uma investigação do TPI continue), felizmente ela acerta ao remeter os casos e requisitar o apoio de todos os Estados-membros das Nações Unidas para o caso remetido. Também quanto a esta resolução, apesar do Sudão não ser Estado-parte do Estatuto de Roma, há vínculo jurídico internacional obrigando o governo de al-Khartun a colaborar com a Corte Internacional Penal. Isto porque tal resolução delibera que o Conselho de Segurança deve manter-se atualizado e atuante na matéria, podendo impor sanções, especialmente aos membros da Organização das Nações Unidas como o Sudão.

O fato do caso Darfur ser destaque no Tribunal Penal Internacional e da comunidade internacional estar engajada em buscar os culpados, puni-los e especialmente ajudar as vítimas e o Sudão confere esperança que a comunidade de nações finalmente volte seu olhar para a situação humanitária nos países do quarto mundo. Espera-se que tal postura seja mantida pelas nações, como a luz no fim do túnel para a escuridão que a guerra e a pobreza levaram àquela região.

REFERÊNCIAS

ALI SAEED, Mohamed. *Sudan's Darfur crimes court slammed by rebels*. In: Mail&Guardian Online, [Online]. website. Disponível em HTTP: <http://www.mg.co.za/articlePage.aspx?articleid=243148&area=/breaking_news/breaking_news__africa/>. acesso. [02.mar.2006. 10:55].

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). *BBCBrasil.com | Primeira Página| Milhares vão a enterro de vice presidente do Sudão*, [Online]. website. Disponível em HTTP: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2005/07/050705_darfurcg.shtml>. acesso.[02.mar.2006.10:55].

_____. *BBCBrasil.com | Primeira Página | Refugiados tomam funcionários de ONGs como reféns em Darfur*, [Online]. website. Disponível em http: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2005/10/051025_darfurw.shtml>. acesso. [02.mar.2006.10:55]

CARTA DE SÃO FRANCISCO. San Francisco. 1945.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A Moderna Teoria do Fato Punível*. Curitiba: Lúmen Júris; ICPC, 2005. p.33.

COALITION FOR THE ICC. *CICC | North Africa/Middle East :: Sudan*, [Online]. website. Disponível em HTTP <<http://www.iccnw.org/countryinfo/northafricamiddleeast/sudan.html>>. acesso. [02.mar.2006. 10:50].

DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Tradução: Hermínio A. Carvalho. p.409-410.

Revista Brasileira de Direito Internacional, Curitiba, v.1, n.1, jan./jun.2005

ENTWISLE, Hannah. Tracing Cascades: The Normative Development of the U.N. Guiding Principles On Internal Displacement. *Georgetown Immigration Law Journal*, Article 369, mar./jun. 2005.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency (CIA). *World Factbook*, [Online]. website. Disponível em HTTP: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/su.html>>. acesso. [02.mar.2006. 10:50].

ESTATUTO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Roma. 1998.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Q & A: Crisis in Darfur (Human Rights Watch, 21-6-2004)*, [Online]. website. Disponível em HTTP <<http://www.hrw.org/english/docs/2004/05/05/darfur8536.htm>>. acesso. [02.mar.2006.10:45].

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Pre-Trial Chamber I. Decision on the Designation of a Single Judge. ICC-02/05. Situation in Darfur, Sudan. Presidente da Sessão: Juiz Claude Jorda. 20.jul.2005, [Online]. portable document format (pdf). Disponível em HTTP < http://www.icc-cpi.int/library/cases/ICC-02-05-3_English.pdf>. acesso [02.mar.2006. 10:50].

_____. *Rules of Procedure and Evidence*, [Online]. portable document format (pdf). Disponível em HTTP < http://www.un.org/law/icc/asp/1stsession/report/english/part_ii_a_e.pdf>. acesso [02.mar.2006. 10:40].

LOST BOYS OF SUDAN. Direção de Meg Mylan; Jon Shenk. Los Angeles:: Actual Films; Príncipe Productions: Dist. New Video, 2003. 1 filme (87 min): legendado, colorido; 16mm.

MORENO-OCAMPO, Luis. *Second Report of the Prosecutor of the International Criminal Court, Mr. Luis Moreno Ocampo, to the Security Council Pursuant to UNSC 1593 (2005)*, [Online]. portable document format (pdf). Disponível em HTTP <http://www.icc-cpi.int/library/organs/otp/LMO_UNSC_ReportB_En.pdf>. acesso. [02.mar.2006. 10:45].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General*, [Online]. portable document format (pdf). Disponível em HTTP <http://www.icc-cpi.int/library/cases/Report_to_UN_on_Darfur.pdf>. acesso. [02.mar.2006. 10:40].

PATRICK, Erin. Intent To Destroy: The Genocidal Impact Of Forced Migration In Darfur,Sudan. *Journal of Refugees Studies*, Oxford, Article 410, dez. 2005.

RODDIS, Ingrid; RODDIS, MILES. *Let's visit Sudan*. London: Burke, 1985. p.91.

SUDÃO. Constituição da República de 1998, [Online]. website. Disponível em HTTP <<http://www.sudan.net/government/constitution/english.html>>. acesso. [02.mar.2006. 10:00]

SUNGA, Lyal S. *Competência Ratione Materiae da Corte Internacional Criminal*. In: CHOUKR, Fauzi Hassan; AMBOS, Kai (org.). *Tribunal Penal Internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p.200